



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B2

Data: 07/10/2012

## Entidades farão plantão contra corrupção

As entidades que compõem o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral estão de plantão para acompanhar todo o processo eleitoral. Equipes estão atuando no Palácio da Cidadania, local onde funciona a sede administrativa da OAB/SE, localizado à Avenida Ivo do Prado, 1072, no bairro São José, para receber denúncias que envolvam quaisquer ameaça à livre manifestação do voto.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral foi lançado em Sergipe pela OAB/SE no dia 11 de agosto, durante solenidade que contou com a presença do presidente da OAB Nacional, Ophir Cavalcante. De iniciativa da OAB/SE, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral conta com parceria do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e da Igreja Católica através do Conselho Nacional do Laicado do Brasil (Conal), que atuam com apoio do Ministério Público Federal, da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe, do Ministério Público Especial que atua junto ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério

Público Estadual, Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), do 28º Batalhão de Caçadores (Exército) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Para recepcionar denúncias que caracterizem crime eleitoral, a OAB/SE disponibilizou um Disk Denúncia que pode ser acessado por telefone (3301 - 9130) e também pela internet pelo e-mail [eleicoes2010@oabse.org.br](mailto:eleicoes2010@oabse.org.br). Ao optar por este serviço, obrigatoriamente, conforme adverte o presidente da OAB/SE, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, o denunciante identifica-se, narra os fatos, apresenta as eventuais provas e a OAB/SE tem o compromisso de manter o denunciante em absoluto sigilo. "O anonimato pode incentivar o trote e denúncias maquiadas, o que não é o propósito do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral", explica o presidente da OAB/SE.

As pessoas têm procurado o serviço, mas não há denúncias graves, apenas reclamações de eleitores incomodados com o volume dos carros de som

que propagam candidaturas dos mais variados partidos e coligações políticas envolvidas neste pleito eleitoral no âmbito do Estado de Sergipe.

O Ministério Público Eleitoral – O Ministério Público Eleitoral (MPE) está funcionando em regime de plantão para atender a população durante as eleições. A Procuradoria Regional Eleitoral em Aracaju e todas as promotorias eleitorais do Estado estarão abertas para receber denúncias de compra e venda de votos, boca de urna e qualquer outras irregularidades que atrapalhem o processo eleitoral.

A Procuradoria Regional Eleitoral terá à disposição equipes de servidores tanto para o trabalho interno quanto para diligências externas. O mesmo plantão já foi realizado no último sábado e domingo (29 e 30 de setembro).

A procuradora Regional Eleitoral, Lívia Nascimento Tinóco explica que o MPE está de portas abertas para atender a população e receber denúncias, que podem ser feitas pessoalmente, na Procuradoria Regional Eleitoral (PRE)

e nas promotorias eleitorais, ou por telefone. A PRE funciona na sede do Ministério Público Federal, localizada na Avenida Beira Mar, nº 1064, Bairro Treze de julho. O telefone para denúncias é o 3301-3777. A população também pode fazer denúncias de crimes eleitorais à Polícia Federal e, nos municípios onde a Polícia Federal (PF) não esteja presente, à Polícia Civil.

Estamos prontos para fiscalizar e garantir a tranquilidade do processo eleitoral, consolidando o Estado de Direito como Estado democrático, afirma a procuradora.

### Forças policiais

No dia da eleição, 07 de outubro, a Polícia Federal funcionará com bases fixas nos municípios de Aracaju, Lagarto, Itabaiana e Capela. A procuradora Regional Eleitoral explica que, no dia da eleição, nos municípios onde não houver base da PF, a Polícia Civil atua subsidiariamente, com todas as atribuições que a Polícia Federal teria, podendo ser acionada em casos de irregularidades no processo eleitoral.